

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 151, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

“Cria Gratificação Especial por plantão aos Servidores Municipais que ocupam o cargo de médico e atuam em Regime de Plantão nos Postos de Saúde do Distrito Parque Eldorado e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituída a “gratificação especial por plantão” aos servidores públicos municipal de Eldorado do Sul que ocupam o cargo de médio e atuam em regime de plantão nos Postos de Saúde do Distrito Parque Eldorado.

§1º Os médicos contratados em caráter temporário de excepcional interesse público que atuarem em regime de plantão no Distrito Parque Eldorado, também, terão direito a gratificação.

§2º Terá direito a gratificação o profissional que trabalhar, exclusivamente, em regime de plantão, naquele distrito, com carga horária igual ou superior a 10 (dez) horas ao dia.

Art. 2º A gratificação será paga por dia de plantão realizado no Distrito Parque Eldorado, valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) diários.

§1º A Secretaria de Saúde deverá informar juntamente com a efetividade a realização de plantação no Distrito Parque Eldorado, especificando a quantidade de plantões realizados.

§2º O valor diário do plantão de que trata esta Lei será reajustado na

mesma data e índice da revisão geral anual e sempre que houver aumento real.

Art. 3º A “gratificação especial por plantão” realizado no Distrito Parque Eldorado será cumulativa aos adicionais de plantão vigentes.

Art. 4º A gratificação por plantão no Distrito Parque Eldorado correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

- I) Órgão; 6 – Secretaria da Saúde
Unidade: 2 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 109 – Saúde é vida
Projeto-atividade: 2047 – Assistência médica, odontológica e sanitária
Elemento: 3.3.1.9.0.11.00.00.00 - Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
Recurso: 40 – ASPS

- II) Órgão; 6 – Secretaria da Saúde
Unidade: 2 – Fundo Municipal de Saúde – FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 109 – Saúde é vida
Projeto-atividade: 2054 – Despesas vinculadas ao PABA Fixo
Elemento: 3.3.1.9.0.11.00.00.00 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil
Recurso: 4510 – PAB Fixo

Art. 6º A qualquer tempo e a juízo da Administração Municipal a gratificação poderá ser cessada.

Art. 7º A presente Lei terá vigência até 31 de dezembro de 2012.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 31 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 151, de 31 de março de 2011, que **“Cria Gratificação especial por plantão aos Servidores Municipais que ocupam o cargo de médico e atuam em Regime de Plantão nos Postos de Saúde do Distrito Parque Eldorado e dá outras providências.”**

O Projeto de Lei em tela visa incentivar os médicos do nosso Município a realizarem plantão no Distrito Parque Eldorado que fica aproximadamente 45 (quarenta e cinco) quilômetros de distância da Sede do Município, ou seja, da zona central. Existe uma dificuldade notória de se auferir médicos para atendimento no Distrito Parque Eldorado. Tal dificuldade deve-se a alguns fatores facilmente identificados, tais como: a distância entre a Sede e o Distrito, que toma aproximadamente duas horas para o deslocamento (considerando ida e volta); o custo adicional com combustível e pedágio (dois).

A presente gratificação, com certeza, vai contribuir para o aprimoramento da prestação de serviços de saúde, no que tange ao atendimento direto, por parte do Município.

Salienta-se que, nos termos do artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, uma vez que a despesa, ora criada, será realizada por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES

Prefeito Municipal